Como pedir e usar a numeração eletrônica

Atualizado em 04/11/2026 · Fontes consultadas em 04/11/2026 · Equipe Prescri

Nem toda numeração SNCR precisa de aprovação prévia da Vigilância Sanitária. Compare as Notificações com a Receita de Controle Especial (RCE) e a Receita Sujeita à Retenção (RET), veja qual caminho seguir e como abastecer sua Carteira SNCR no Prescri.

Qual numeração preciso e como obtê-la?

O caminho depende do tipo de receituário, não apenas da cor da receita. Use sempre a sigla RCE — Receita de Controle Especial. RET significa Receita Sujeita à Retenção: não é a Notificação de Talidomida nem a de Retinoides.

Critério	Notificações	RCE	RET
Receituário	A, B, B2, Retinoides e Talidomida	Receita de Controle Especial	Receita Sujeita à Retenção
Quando usar	Medicamentos sujeitos às respectivas Notificações de Receita, conforme a legislação de cada lista.	Medicamentos sujeitos à Receita de Controle Especial, como os das listas C1 e C5, observadas as regras e exceções aplicáveis.	Medicamentos sujeitos à retenção fora da Portaria 344/1998, como antimicrobianos e agonistas do receptor de GLP-1. Não confundir com NRR (Retinoides) ou NRT (Talidomida).
Precisa da VISA?	Exigem cota previamente atribuída pela VISA competente pelo local de atuação.	Liberação automática pelo SNCR via plataforma integrada, sem cota prévia da VISA; exige regularidade profissional.	Liberação automática pelo SNCR via plataforma integrada, sem cota prévia da VISA; exige regularidade profissional.
Lotes e limites	10 a 50 números por pedido; até 50 por tipo por dia por prescritor, somando os serviços utilizados.	Bloco fixo de 1.000 números por pedido; até 3 pedidos (3.000 RCE) por mês por CRM-UF.	Bloco fixo de 1.000 números por pedido; até 3 pedidos (3.000 RET) por mês por CRM-UF.
Como obter	Peça à VISA a numeração eletrônica para os tipos necessários. Com a cota liberada, escolha o tipo na Carteira SNCR e autorize o pedido com seu gov.br.	Abra a Carteira SNCR, selecione RCE e autorize com seu gov.br o pedido de 1.000 números. Não é preciso solicitar essa cota antes à VISA.	Abra a Carteira SNCR, selecione RET e autorize com seu gov.br o pedido de 1.000 números. O saldo RET é separado do saldo RCE.
Assinatura	Assinatura qualificada ICP-Brasil para os controlados da Portaria 344/1998.	Assinatura qualificada ICP-Brasil para os controlados da Portaria 344/1998.	O FAQ admite assinatura avançada ou qualificada para receitas fora da Portaria 344/1998. As opções disponíveis dependem da plataforma.

Os limites de RCE e RET são independentes: 3.000 de cada classe por mês por CRM-UF, não um saldo compartilhado de 6.000. A entrega de um lote à plataforma já consome a cota de requisição; não confunda esse limite com o número de receitas assinadas no dia.

Por onde começar, na prática

• Prescreve apenas RCE ou antimicrobianos (RET)? Comece pela Carteira SNCR, sem pedido prévio de cota à VISA para essas classes.

• Precisa de Notificações A, B, B2, de Retinoides ou de Talidomida? Comece pela VISA competente e depois solicite o lote na plataforma.

• Usa um prontuário integrado? O parceiro pode fornecer um link seguro de conexão SNCR (Magic Link). Nele, você escolhe o tipo e autoriza com seu gov.br, sem informar sua senha ao parceiro.

No Prescri: Perfil > Carteira (SNCR). Confira o saldo após a confirmação da importação; login gov.br não é confirmação de números recebidos.

Abrir Carteira SNCR no Prescri

Baixar o app Prescri para Android no Google Play

1. Confirme seus dados profissionais e acesso gov.br

Use o CPF do próprio prescritor e mantenha CRM/UF regular. A autenticação gov.br permite a identificação no fluxo integrado; ela não substitui a assinatura ICP-Brasil exigida nos controlados da Portaria 344/1998. Não há exigência universal de prata ou ouro: o FAQ de integração informa que, na etapa inicial da API, não há trava por nível da conta.

2. Identifique o receituário e siga o caminho correspondente

Para Notificações A, B, B2, de Retinoides e de Talidomida, peça primeiro a atribuição de numeração eletrônica à VISA competente. Para RCE e RET, vá diretamente à Carteira SNCR: a liberação via plataforma integrada não exige aprovação prévia dessa cota pela VISA, mas depende da regularidade profissional.

3. Conecte o gov.br na Carteira SNCR

No Prescri, abra Perfil > Carteira (SNCR), escolha o tipo e conecte sua conta gov.br. Para Notificações, solicite lotes de 10 a 50 números, conforme a disponibilidade e o limite pessoal. Para RCE ou RET, solicite o bloco de 1.000. Aguarde a confirmação da importação e confira o saldo: autenticação bem-sucedida não significa, sozinha, números recebidos.

4. Emita pelo serviço integrado e assine

A numeração deve ser aplicada pelo serviço integrado ao SNCR. Não copie manualmente números do talonário para um PDF. Para controlados da Portaria 344/1998, assine com certificado qualificado ICP-Brasil; no Prescri, utilize a opção de assinatura disponível na sua conta.

Pedido à VISA e vínculo pessoal

Como solicitar à Vigilância Sanitária — inclusive em Pernambuco

Procure a Vigilância Sanitária competente pelo local onde exercerá a atividade e realizará as prescrições. Confirme com o órgão se o atendimento é municipal, regional ou estadual e qual canal recebe o pedido de numeração eletrônica do SNCR. Para atuação em diferentes UFs, o FAQ da Anvisa orienta solicitações às respectivas VISAs dos estados de atuação.

Tenha seus dados profissionais à mão, como CPF, CRM/UF e local de atendimento, mas peça ao órgão a lista efetivamente exigida. Não apresentamos esses itens como checklist obrigatório nacional nem prometemos cadastro automático apenas por ter CRM ativo.

Em Pernambuco, confirme a competência e o procedimento com a Vigilância Sanitária do local de atuação ou com a APEVISA. As fontes da Anvisa consultadas não confirmam formulário, e-mail, documentos ou prazo específicos de PE.

Modelo de mensagem: Sou médico(a), CRM [número/UF], e atuo em [município/UF]. Desejo solicitar a atribuição de numeração eletrônica no SNCR para [tipos de Notificação]. Este órgão é competente para o pedido? Qual canal devo utilizar e quais documentos são exigidos?

Informe expressamente se deseja numeração eletrônica ou talonário em papel. Um formulário local de retirada de talonários ou autorização de gráfica não comprova atendimento ao pedido eletrônico. Não existe um formulário municipal único para todo o país, nem uma divisão universal de competência por cor de receita.

Antes de enviar documentos, confirme o endereço no site oficial do órgão. Não envie dados de pacientes. As referências estaduais deste guia ajudam a localizar a VISA competente, mas não garantem aprovação, atendimento eletrônico ou prazo. O município informado na consulta apenas personaliza a mensagem: não identifica automaticamente a autoridade local.

Cota pessoal não é transferência de números entre aplicativos

A Anvisa informa que a numeração digital do prescritor é pessoal e vinculada ao CPF. O limite diário considera o uso em diferentes serviços, não uma cota separada para cada aplicativo.

Isso não significa que um número já requisitado e guardado por uma plataforma possa ser transferido ou reutilizado em outra. O lote entregue fica sob controle do serviço que o requisitou; solicite quantidades proporcionais ao uso para não concentrar a disponibilidade em uma ferramenta.

Cotas, transição e informes da Anvisa

Notificações e RCE/RET: limites diferentes

• Notificações NRA, NRB, NRB2, NRR e NRT: dependem de cota prévia aprovada pela VISA; lotes de 10 a 50 números por chamada, com até 50 por tipo por dia por prescritor (CPF/CRM), somando os serviços utilizados.

• Receita de Controle Especial (RCE) e Receita Sujeita à Retenção (RET): liberação automática via API, sem aprovação prévia da VISA, condicionada à regularidade profissional. Não confunda ausência dessa aprovação com ausência de numeração ou de limites.

• RCE/RET: 1.000 números por chamada e até três requisições mensais por classe, totalizando 3.000 RCE e 3.000 RET por mês por CRM-UF. As cotas são independentes e não intercambiáveis. Antimicrobianos estão na categoria RET.

RCE e RET: transição prorrogada até 3 de março de 2027

Em 29/10/2026, na 20ª Reunião Ordinária Pública da Anvisa, foi aprovada a alteração da RDC 1.000/2025 que prorroga o período de transição para emissão de receitas eletrônicas no SNCR: de outubro de 2026 para 3 de março de 2027. Enquanto o prazo de transição estiver em vigor, a emissão eletrônica de RCE e RET pode ocorrer sem numeração SNCR, observados os demais requisitos.

A prorrogação não significa dispensa permanente de numeração: a partir de 03/03/2027, a receita eletrônica de RCE e RET exige número do SNCR. Use a transição para se preparar: conecte sua conta, solicite o lote da classe correta e confira o saldo antes de prescrever. Consulte os informes vigentes da Anvisa; o receituário em papel segue suas próprias regras.

Numeração de 16 dígitos: anúncio, não confirmação

No informe de 15/10, a Anvisa anunciou a ampliação de 14 para 16 dígitos em todos os receituários eletrônicos, prevista para 19/10/2026 às 18h, e suporte ao registro de mais de um medicamento por receita.

O anúncio, isoladamente, não comprova a conclusão da implantação. Essa informação não altera a numeração dos talonários físicos. Utilize o número retornado pelo serviço integrado e consulte os informes atualizados antes de ajustar procedimentos.

Papel, assinatura e resolução de problemas

Papel, PDF e assinatura: o que não deve ser confundido

• A RDC 1.000/2025 não extingue o receituário em papel. Utilize apenas talonários regularmente autorizados e observe as regras e a validade da receita correspondente.

• Os estoques físico e eletrônico são distintos. Digitalizar um talonário ou inserir manualmente sua numeração em um PDF não o transforma em Notificação eletrônica válida; a emissão eletrônica exige serviço integrado ao SNCR.

• Segundo o FAQ, novas impressões dos modelos físicos a partir de 18/05/2026 devem seguir a Versão 2. Formulários impressos regularmente durante sua vigência podem ser usados até o esgotamento; isso não torna ilimitada a validade de uma receita já preenchida.

• Nos controlados da Portaria 344/1998, a assinatura é qualificada ICP-Brasil. Para receitas sujeitas à retenção fora dessa Portaria, como antimicrobianos, o FAQ admite assinatura avançada (inclusive gov.br) ou qualificada. Login gov.br e assinatura são operações diferentes.

Sem saldo, números cancelados e instabilidades

• Sem saldo não prova, por si só, falta de autorização da VISA: confira cota atribuída, limite diário, lotes requisitados em outros serviços e possíveis incidentes. Para RCE/RET, confira também a cota mensal e a regularidade profissional.

• Na versão inicial descrita no FAQ de integração, não existe endpoint de cancelamento ou devolução de numeração. O consumo de cota é definitivo na entrega do lote; não presuma estorno ou reaproveitamento de número não utilizado.

• O informe de 09/10 trata de um incidente com números atribuídos a prescritor/UF incorretos: os números identificados seriam cancelados. Os afetados devem solicitar numeração regular à VISA; se já emitiram com número cancelado, devem reemitir. Isso não significa cancelamento geral de todas as receitas.

• Erro 500 não identifica sozinho a causa. Registre horário e mensagem, sem divulgar dados do paciente; confira os informes da Anvisa e procure o suporte da plataforma se persistir.

Referências estaduais e fontes oficiais

Órgãos estaduais: lista de referência, não um canal de pedido confirmado. Verifique a competência local e a atualidade do endereço antes de enviar documentos.

AC — Divisão de Vigilância Sanitária — SESACRE	saude.ac.gov.br
AL — Vigilância Sanitária Estadual — SESAU/AL	saude.al.gov.br
AM — Fundação de Vigilância em Saúde (FVS-RCP)	fvs.am.gov.br
AP — Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS/AP)	svs.ap.gov.br
BA — Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA/SUVISA)	saude.ba.gov.br/suvisa
CE — Coordenadoria de Vigilância Sanitária — SESA/CE	saude.ce.gov.br
DF — Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA/DF)	saude.df.gov.br
ES — Vigilância Sanitária Estadual — SESA/ES	saude.es.gov.br
GO — Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA/GO)	saude.go.gov.br
MA — Superintendência de Vigilância Sanitária — SES/MA	saude.ma.gov.br
MG — Superintendência de Vigilância Sanitária — SES/MG	saude.mg.gov.br
MS — Coordenadoria de Vigilância Sanitária — SES/MS	saude.ms.gov.br
MT — Coordenadoria de Vigilância Sanitária — SES/MT	saude.mt.gov.br
PA — Departamento de Vigilância Sanitária — SESPA	saude.pa.gov.br
PB — Agência Estadual de Vigilância Sanitária (AGEVISA/PB)	agevisa.pb.gov.br
PE — Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (APEVISA)	apevisa.pe.gov.br
PI — Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA/PI)	saude.pi.gov.br
PR — Vigilância Sanitária — SESA/PR	saude.pr.gov.br
RJ — Superintendência de Vigilância Sanitária — SES/RJ	saude.rj.gov.br
RN — Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária (SUVISA/RN)	saude.rn.gov.br
RO — Agência Estadual de Vigilância em Saúde (AGEVISA/RO)	rondonia.ro.gov.br/agevisa
RR — Vigilância Sanitária Estadual — SESAU/RR	saude.rr.gov.br
RS — Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS/RS)	cevs.rs.gov.br
SC — Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS/SC)	vigilanciasanitaria.sc.gov.br
SE — Vigilância Sanitária Estadual — SES/SE	saude.se.gov.br
SP — Centro de Vigilância Sanitária (CVS/SP)	cvs.saude.sp.gov.br
TO — Vigilância Sanitária Estadual — SES/TO	saude.to.gov.br

Canais locais: confirme o procedimento

Links locais podem tratar apenas de talonários físicos. Não significam liberação eletrônica confirmada. Informe o formato desejado e confirme a competência pelo município de atuação antes de enviar documentos.

PE — APEVISA: orientação sobre papel e eletrônico

Orientação estadual, não formulário de solicitação. Confirme com a APEVISA a competência pelo município e o canal para atribuição eletrônica. O telefone é institucional, não um canal de pedido confirmado.

Telefone publicado: (81) 3184-0328

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

SP — Exemplo municipal: Jundiaí

Válido apenas para Jundiaí: cadastro e solicitação de talonários/numeração pelo Balcão do Empreendedor. Não generalize para outros municípios de SP; destinação eletrônica não comprovada.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

MG — SES-MG: cadastro e talonários

Serviço estadual pelo SEI!MG para cadastro e fornecimento de talonários/numeração. Peticionamento on-line não comprova que o pedido se destina a receitas eletrônicas.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

RJ — SES-RJ: numeração para talonário B

Orientação estadual para numeração B/B2/retinoides, com encaminhamento ao portal do Cremerj. Trata de talonário; não confirma canal para atribuição eletrônica SNCR.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

PR — SESA-PR: orientações de Notificações

Documento de 2017 sobre papel e cadastro na VISA estadual/regional ou municipal. Confirme sua vigência e o procedimento atual; não é orientação de receita eletrônica.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

RS — CEVS-RS: orientação de cadastro

Nota sobre cadastro e distribuição orienta procurar a autoridade sanitária local. O e-mail é geral da divisão; não comprova recepção de pedidos eletrônicos.

E-mail publicado: dvs@saude.rs.gov.br

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

SC — Exemplo municipal: Joinville

Válido apenas para Joinville: requerimento pelo Autosserviço para profissionais/instituições cadastrados na VISA municipal. Solicitação on-line de notificação/numeração não comprova destinação eletrônica.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

BA — DIVISA-BA: requerimentos de receituário

Canal estadual com formulários e orientação de peticionamento SEI Bahia para receituários A e Talidomida. Não comprova atendimento à atribuição eletrônica SNCR.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

DF — DIVISA-DF: autorização para confecção

Serviço distrital para autorização de confecção física B/B2/C2 mediante cadastro na GEMEC. O e-mail publicado é para dúvidas, não canal de protocolo confirmado.

E-mail publicado: gemecdivisa@gmail.com

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

CE — SESA-CE: cadastro e retirada de numeração

Informe 02/2026 sobre cadastro e retirada de numeração A/Talidomida para impressão em gráfica. Comprovante digital não transforma o talonário em receita eletrônica.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

GO — SUVISA-GO: atendimento e talonários

Página institucional de atendimento com agendamento de talonários e sequência numérica. Orientações antigas exigem confirmação de vigência; não comprova canal de numeração eletrônica.

E-mail publicado: cm.suvisa@gmail.com

Telefone publicado: (62) 3201-3529

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

AL — SESAU-AL: autorização e receituário

Carta estadual de serviço presencial para cadastro, autorização e receituário. Não comprova liberação eletrônica SNCR; confirme a lista atual de documentos.

E-mail publicado: visa.alagoas@gmail.com

Telefone publicado: (82) 3315-3779

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

AM — Exemplo municipal: Manaus

Válido apenas para Manaus: página municipal de solicitação de Notificações com formulários cadastrais. Não extrapole para o interior; destinação eletrônica não comprovada.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

ES — SESA-ES: talonários

A página de talonários físicos indica A na VISA estadual e azul/retinoides na municipal. Essa divisão é desta orientação de ES e não deve ser aplicada automaticamente à numeração eletrônica ou a outras UFs.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

PB — Agevisa-PB: norma de talonários

IN 01/2026 sobre dispensação de talonários no estado. Confirme o canal de protocolo; não é confirmação de liberação eletrônica. Telefone institucional do documento.

Telefone publicado: (83) 3218-5927

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

PI — DIVISA-PI: documentos de solicitação

Orientação estadual de 2023 para documentos de receituário. E-mail e telefone são para dúvidas/informações, não comprovam recebimento de pedidos. Confirme atualidade e formato.

E-mail publicado: visapiaui@yahoo.com.br

Telefone publicado: (86) 3216-3662

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

RO — Exemplo municipal: Porto Velho

Válido apenas para Porto Velho: cadastro e ofícios para receituários controlados, sujeitos à análise e disponibilidade de numeração municipal. Fluxo eletrônico SNCR não comprovado.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

SE — SES-SE: protocolo de receituários

Orientação estadual para solicitação pela internet via Protocolo Externo e-Doc. A fonte informa que pedidos não são mais recebidos por e-mail. Processo on-line de confecção/retirada não comprova receita eletrônica.

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

TO — SESAU-TO: requisição de Notificação/numeração

Serviço estadual recebido no Protocolo da SESAU-sede. Telefones são para consultas/informações. Destinação eletrônica SNCR não explicitada na carta de serviço.

Telefone publicado: (63) 3218-6270

Consultar fonte oficial do órgão

Consulta: 21/10/2026. Confirme a vigência do canal.

Fontes da Anvisa e uso do Prescri

Anvisa — área de prescritores

Orientações e acesso aos documentos oficiais do SNCR.

Abrir fonte oficial da Anvisa

Perguntas e Respostas RDC 1.000/2025 — 2ª edição

Referência consultada em 21/10 para assinatura, emissão e modelos. PDF não revalidado desde então; para a transição, consulte a notícia de 29/10/2026 sobre a prorrogação até 3 de março de 2027.

Abrir fonte oficial da Anvisa

FAQ da integração dos sistemas de prescrição ao SNCR

Questões 24 e 29–38: gov.br, limites, lotes, RCE/RET e indisponibilidade de devolução.

Abrir fonte oficial da Anvisa

Anvisa — serviços integrados e informes SNCR

Página consultada em 04/11/2026. Notícia de 29/10/2026: transição de RCE/RET prorrogada até 3 de março de 2027; informes anteriores: emissão sem número até 29/10, incidente e ampliação anunciada de dígitos.

Abrir fonte oficial da Anvisa

Anvisa — 20ª Reunião Ordinária Pública: transição do SNCR prorrogada

Notícia de 29/10/2026, consultada em 04/11/2026. Aprova alteração da RDC 1.000/2025 que prorroga o período de transição para emissão de receitas eletrônicas no SNCR de outubro de 2026 para 3 de março de 2027.

Abrir fonte oficial da Anvisa

Uso do Prescri

O app e o site do Prescri são gratuitos para médicos, sem mensalidade nem taxa por receita emitida. O certificado digital, quando necessário, é contratado à parte com a certificadora. O cadastro no Prescri não substitui a liberação de numeração pela VISA nem a regularidade do CRM.

Este guia é informativo, elaborado pela Equipe Prescri a partir das fontes listadas. Não representa autorização sanitária, revisão clínica individual ou confirmação de funcionamento de todos os serviços da Anvisa. Consulte a norma e os informes vigentes.

Guia online: www.prescri.com.br/guia-sncr-medicos